

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

[Início](#) [Ações 1º Grau](#) [Ações 2º Grau](#) [Parecer](#) [Citações](#) [Intimações](#) [Audiências](#) [Sessões 2º Grau](#) [Buscas](#) [Estatísticas](#) [Outros](#)

Operação realizada com sucesso. Protocolo:
2618374120200130112235

Processo 0801851-97.2020.8.23.0010 ☆ - (8 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Pendências

Citações: Cumprir Prazo Para: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Prazo: 29/01/2020 à 18/02/2020 (15 dias):

Informações Gerais	Informações Adicionais	Partes	Movimentações	Apensamentos (0)	Vínculos (0)
<div>Realces</div> <div><div>Realçar Movimentos de:</div><div>Ocultar Movimentos:</div></div> <div><div><input type="checkbox"/> Magistrado</div><div><input type="checkbox"/> Servidor</div><div><input type="checkbox"/> Advogado</div><div><input type="checkbox"/> Membro MP</div><div><input type="checkbox"/> Defensor</div><div><input type="checkbox"/> Procurador</div><div><input type="checkbox"/> Outros</div><div><input type="checkbox"/> Audiência</div></div> <div><div><input type="checkbox"/> Inválidos</div><div><input type="checkbox"/> Sem Arquivo</div><div><input type="checkbox"/> Hab. Provisória</div></div>					

Filtros Movimentado Por: Sequencial(Intervalo): Descrição: ☐ Advogado ☐ Defensor Público ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor ao Data do Movimento(Período): à					
10 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 10					
500 por pág. 1					
Seq.	Data	Evento	Movimentado Por		
[-] 10	30/01/2020 11:22:35	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
10.1 Arquivo: Petição Ass.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO 2688632PETICAODEPROVASJUR01.pdf Público					
		LEITURA DE CITAÇÃO REALIZADA	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador		
9	28/01/2020 08:30:31	Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A em 28/01/2020 referente ao evento de expedição seq. 7.			
		EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO			
8	27/01/2020 13:23:16	Para advogados/curador/defensor de HELITA GEYSA DE SOUZA MAGALHAES com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento (seq. 6) CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE (27/01/2020)	Isadora Sampaio Mendonça Analista Judiciária		
		EXPEDIÇÃO DE CITAÇÃO ONLINE			
[+] 7	27/01/2020 13:21:57	Para Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 15 dias úteis	Isadora Sampaio Mendonça Analista Judiciária		
[+] 6	27/01/2020 10:11:57	CONCEDIDA A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA A PARTE	Rodrigo Bezerra Delgado Magistrado		
5	21/01/2020 14:44:31	CONCLUSOS PARA DECISÃO - DECISÃO INICIAL	SISTEMA CNJ		
4	21/01/2020 14:44:31	RECEBIDOS OS AUTOS	SISTEMA CNJ		
3	21/01/2020 14:44:31	REMETIDOS OS AUTOS PARA DISTRIBUIDOR	SISTEMA CNJ		
		Registro de Distribuição			
		DISTRIBUÍDO POR SORTEIO			
2	21/01/2020 14:44:31	3ª Vara Cível	SISTEMA CNJ		
[+] 1	21/01/2020 14:44:30	JUNTADA DE PETIÇÃO DE INICIAL	MARLON TAVARES DANTAS Advogado		



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08018519720208230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **HELITA GEYSA DE SOUZA MAGALHAES**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho de fls. manifestar-se nos seguintes moldes:

A parte autora alega ser vítima de acidente de trânsito, encontrando-se supostamente inválido, razão pela qual, ajuizou a presente demanda com o fito de compelir a Ré ao pagamento do Seguro Obrigatório DPVAT no valor que entende devido.

Ocorre que a parte autora não juntou aos autos laudo pericial elaborado pelo Instituto Médico Legal com a devida graduação das supostas lesões sofridas, conforme exige a Lei 11.945/09 e Súmula 474, STJ.

Assim sendo, ante a ausência de graduação da alegada invalidez, questão controversa que ensejou a presente lide, requer a Ré **que o Juízo nomeie Perito Médico do IML ou outro órgão público, para a realização da perícia na parte autora, a fim de atestar a invalidez alegada, bem como quantificar a lesão de acordo com a Lei 11.945/09, e Súmula 474, STJ.**

Tendo em vista se tratar de prova constitutiva do direito autoral, em caso de impossibilidade da produção do referido laudo pericial pelo IML, deve o exame ser custeado pela parte autora por força do artigo 373, I do Código de Processo Civil.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 29 de janeiro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

